



DOMINGO - 20 DE JULHO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O PREFEITO DE BELO HORIZONTE ÁLVARO DAMIÃO ASSINOU NESTA TERÇA-FEIRA (15) O TEXTO DO PROJETO DE LEI QUE CRIA A OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA (OUS) – UMA DAS ETAPAS LEGAIS NECESSÁRIAS PARA VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG) EM BELO HORIZONTE, NA AV. WALDYR SOEIRO EMRICH, REGIÃO DO BARREIRO. A INICIATIVA BUSCA AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E PROMOVER O CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO NA REGIÃO.



NA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA, NA SEGUNDA-FEIRA (14), FALEI SOBRE AS SOLICITAÇÕES QUE FIZEMOS AO DER-ES PARA A MANUTENÇÃO DOS SEMÁFOROS NO CENTRO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ALÉM DO PEDIDO PARA REPROGRAMAR O SINAL PRÓXIMO AO SUPERMERCADO CASA DO CLORO, QUE ESTAVA CAUSANDO TRANSTORNOS. “VEREADOR JUVENAL CALIXTO”

ANTES E AGORA

REVITALIZAÇÕES NO CAMPO DO NAZÁRIO: PINTURA DO VESTIÁRIO, MANUTENÇÃO NO GRAMADO, REDES NOVAS NOS GOLS E TRAVES PINTADAS PRA MELHOR ATENDER NOSSOS ATLETAS.

ANTES

AGORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE **MANTENA**



CONSIDERADO O MAIOR ENCONTRO DOS GRUPOS CULTURAIS COMUNITÁRIOS DO BRASIL, A 6ª TEIA NACIONAL PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA SERÁ REALIZADA ENTRE OS DIAS 24 E 29 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO ESPÍRITO SANTO. O ANÚNCIO DO LOCAL E A DATA ACONTECEU NESTA TERÇA-FEIRA (15) NA ALDEIA CAEIRAS VELHA, DURANTE O LANÇAMENTO OFICIAL DO EVENTO, COM A PARTICIPAÇÃO DA MINISTRA DA CULTURA, MARGARETH MENEZES; DO GOVERNADOR DO ESTADO, RENATO CASAGRANDE; DO PREFEITO DR. COUTINHO; ALÉM DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E REPRESENTANTES DE PONTOS DE CULTURA.

GRAFICA VIGILANTE
Fazendo o seu papel

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!
VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

PROCON-ES E ADERES PROMOVEM FEIRA COM SERVIÇOS GRATUITOS EM LARANJA DA TERRA

O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES), a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) e a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) realizam, neste fim de semana, mais uma edição da Feira "Parceria Legal: Empreendedor & Consumidor". O evento acontece nesta sexta-feira



(18), sábado (19) e domingo (20), na Praça Carlos Tesch, em Laranja da Terra.

A iniciativa tem como objetivo aproximar o Procon da população, por meio da oferta de serviços gratuitos de orientação e atendimento aos consumidores e empreendedores. Além disso, o evento contará com atividades culturais, feira gastronômica e apresentações musicais abertas ao público.

Durante a ação, o Procon-ES estará presente com equipe técnica para atender consumidores, registrar reclamações, esclarecer dúvidas e promover ações de educação financeira.

Um dos destaques da feira será a realização de palestras com diretores do Procon-ES. No sábado (19), o diretor de fiscalização, Fabrício Pancotto, abordará o tema "Direitos do Consumidor e o Papel do Procon". Já no domingo (20), a diretora-geral, Leticia Coelho Nogueira, conduzirá uma palestra voltada para o público infantil com o tema "Fiscal Mirim do Procon", que contará também com brincadeiras e distribuição de materiais educativos.

Para a diretora-geral do Procon-ES, Leticia Coelho Nogueira, o evento é uma oportunidade valiosa de aproximação com a sociedade. "Mais do que fiscalizar, o Procon-ES atua para orientar, promovendo o equilíbrio nas relações de consumo. Consumidores conscientes de seus direitos e empreendedores comprometidos com suas obrigações

contribuem para um mercado mais justo. Esta é uma chance de diálogo, escuta e fortalecimento dos direitos", salientou. Além do Procon-ES, o evento contará com a participação de diversos órgãos e parceiros oferecendo serviços à população, como:

Polícia Científica do Espírito Santo (PCIES): emissão da carteira de identidade;

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES): orientação jurídica gratuita;

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan): cadastro na tarifa social, solicitação de serviços;

Cadastro Único (CadÚnico): atualização de dados e informações sobre benefícios sociais;

Sebrae/Aderes: suporte e orientação ao Microempreendedor Individual (MEI), acesso a crédito e capacitação;

Prefeitura: Negociação de IPTU;

Prefeitura: Atendimento à saúde: odontologia, clínico geral e psicologia.

Programação cultural e gastronômica:

A feira também oferecerá opções de lazer para toda a família. A programação inclui apresentações musicais e uma feira gastronômica de empreendedores locais.

Sexta-feira (18/07):
18h - Abertura oficial da Feira
19h - Banda Raízes do Forró

Sábado (19/07):
8h30 às 13h00: Atendimentos sociais

11h - Martim Moreira (voz e violão)

15h - Palestra com o diretor de fiscalização do Procon-ES, Fabrício Pancotto

18h - Netto do Forró

20h - Levada Capixaba

22h - Rogério e seus teclados

Domingo (20/07):

9h - Feira de Negócios e Gastronomia

10h - Palestra para as crianças com a diretora-geral do Procon-ES, Leticia

Coelho Nogueira

12h - Gugu da Concertina

15h - Banda Raça Forrozeira

17h - Douglas e Thiago

19h - Encerramento

Documentos necessários

Para atendimento geral, os consumidores devem apresentar RG, CPF e documentos relacionados à reclamação, como notas fiscais, contratos, comprovantes de pagamento, entre outros.

Para a emissão da carteira de identidade, é obrigatória a apresentação da certidão de nascimento ou casamento original (conforme o estado civil), uma foto 3x4 recente com fundo claro, CPF e comprovante de residência. Também é possível incluir documentos opcionais, como CNH, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, Cartão do SUS, Certificado Militar, entre outros.

Serviço:

Evento: Parceria Legal – Empreendedor & Consumidor

Data: 18, 19 e 20 de julho de 2025

Horário de atendimento: Sábado (19), das 8h30 às 13h

Local: Laranja da Terra

Entrada: Gratuita

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Procon Estadual

POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PREFEITURA REASSUME IMÓVEL DOADO A SANTA CASA



A Prefeitura de Colatina, por decisão da Justiça proferida nesta quarta-feira (16), reassumirá a posse do imóvel onde está localizado o Hospital Santa

Importante destacar que, mesmo com a reversão da doação, o funcionamento do hospital não será impactado.

A decisão mantém válida a cessão de

uso em favor da Santa Casa, permitindo que a entidade continue utilizando a estrutura para a prestação dos serviços de saúde à população. A decisão também autoriza o Município a reutilizar o espaço do Pronto Atendimento Municipal (PA) no local, e a prefeitura já estuda a instalação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Transtorno) nas dependências do imóvel, aproveitando a vocação da unidade, que já é referência regional em saúde mental.

Informações à Imprensa:
Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

INSTITUTO JONES E AGERH FIRMAM PARCERIA PARA FORTALECER PESQUISAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RECURSOS HÍDRICOS



O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) celebraram um Acordo de Cooperação Técnica voltado ao desenvolvimento conjunto de estudos e projetos nas áreas de recursos hídricos e mudanças climáticas.

A parceria, que terá vigência até 31 de dezembro de 2028, prevê ações integradas voltadas à produção de conhecimento, avaliação de políticas públicas e compartilhamento de informações por meio de plataformas digitais.

Segundo o diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves, Pablo Lira, a colaboração entre os dois órgãos fortalecerá a gestão pública com base em evidências e promoverá

Sisplan-ES, com um monitoramento contínuo que permite ajustes estratégicos na gestão hídrica do Estado. Com este acordo, teremos condições de implementar iniciativas conjuntas que contribuam para uma administração mais eficiente dos recursos naturais e para a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas sobre o território capixaba”, afirmou Pablo Lira.

O diretor-presidente da Agerh, Fábio Ahnert, ressaltou a importância do detalhamento do plano de trabalho estabelecido no documento. “O plano de trabalho é fundamental para garantir o cumprimento das ações conjuntas, que vão contribuir para uma gestão mais eficiente dos

benefícios concretos para a população.

“A Agerh vem realizando um excelente trabalho por meio do Sistema de Monitoramento da Implementação dos Planos de Recursos Hídricos, o

recursos hídricos”, disse.

O documento define atribuições específicas para cada instituição. Ao IJSN, caberá a coordenação da avaliação de políticas e projetos conduzidos pela Agerh; a produção de painéis de Business Intelligence (BI) para os sistemas Sisplan-ES e QualiRios; a colaboração na elaboração de relatórios técnicos e artigos científicos; além do desenvolvimento de estudos sobre os impactos econômicos da escassez hídrica, entre outras.

A Agerh, é responsável por coordenar o Projeto Sisplan ES, colaborar com o IJSN em atividades sobre mitigação das mudanças climáticas buscando sinergia com a gestão de recursos hídricos, atuar de forma colaborativa nos projetos relevantes para ambas as instituições e elaborar artigos científicos e relatórios. O acordo também prevê que não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

Nas redes sociais das instituições, a parceria foi marcada pela produção de um vídeo de divulgação. Assista aqui.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do IJSN

BARRAGEM: DEPUTADO REPERCUTE INÍCIO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES

O deputado João Coser (PT) usou seu tempo na tribuna da Assembleia Legislativa (Ales) nesta terça-feira (15) para destacar medidas anunciadas pelo presidente Lula (PT), durante sua vinda ao Espírito Santo na última sexta (11). Entre elas, o início dos pagamentos do Programa de Transferência de Renda (PTR) para pescadores e agricultores que foram impactados com o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em 2015.

“Vai dar mais condições de dignidade aos trabalhadores e proprietários atingidos pelo crime ambiental de Mariana. O processo de negociação no governo passado estava na ordem de R\$ 48 bilhões, o presidente Lula não aceitou, abriu uma renegociação e fechou em R\$ 170 bilhões”, disse.

De acordo com o parlamentar, serão beneficiados 21.007 pescadores e 4.793 agricultores, totalizando um montante de pagamentos na ordem de R\$ 2,3 bilhões. “Vão receber durante quatro anos: três anos será um salário e meio por mês e no último ano um salário por mês. Esse recurso entra no Espírito Santo, vai ser consumido aqui na nossa economia”,



frisou.

Para o petista, será muito difícil fazer toda a recuperação ambiental do Rio Doce, mas o dinheiro servirá para recuperar parte do que foi devastado. Ele ainda pontuou que com essa verba serão feitos investimentos no Estado e nos sete municípios capixabas atingidos, além de obras de melhorias em rodovias federais que passam pelo Espírito Santo.

Outros anúncios

Coser ainda mencionou que vai começar a devolução do dinheiro desviado de

aposentados por entidades sindicais criadas “nos últimos seis anos a oito anos”. Segundo informou, quem aderir ao acordo terá todo o recurso descontado devolvido corrigido até 24 de julho. A adesão pode ser feita pelos Correios ou pelo aplicativo Meu INSS até 21 de julho.

Ele ainda comentou que o governo federal vai dar para os taxistas isenção de pagamento da verificação do taxímetro e a ampliação de um para dois anos dessa aferição; pagar o auxílio-gás de R\$ 108 para famílias em situação de vulnerabilidade social; e isentar do pagamento da conta de luz pessoas que possuem renda per capita de até meio salário mínimo e consomem no máximo 80 kWh por mês.

“É muita coisa, fruto de um governo sensível, pensando nas pessoas mais pobres e necessitadas, e tentando criar um país mais justo. Há um esforço dos ricos para não pagar os impostos e o esforço do presidente Lula e seu governo para gerar uma dignidade maior para as pessoas serem beneficiadas pelos programas sociais”, concluiu.

LANÇADA 6ª TEIA NACIONAL PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO

Considerado o maior encontro dos grupos culturais comunitários do Brasil, a 6ª Teia Nacional Pontos de Cultura pela Justiça Climática será realizada entre os dias 24 e 29 de março de 2026, no município de Aracruz, no Espírito Santo. O anúncio do local e a data aconteceu nesta terça-feira (15) na Aldeia Caeiras Velha, durante o lançamento oficial do evento, com a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes; do governador do Estado, Renato Casagrande; do prefeito Dr. Coutinho; além de lideranças indígenas e representantes de Pontos de Cultura.

“É uma honra ver a Cultura Viva, uma política tão grande, sensível e humana se espalhar pelo Brasil e inspirar outros países. É mais do que nossa obrigação garantir que ela tenha um percentual dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Acredito que a Teia será um momento importante de ver a representação do povo brasileiro”, ressaltou a ministra.

Margareth Menezes destacou ainda a importância de se fortalecer o Brasil diante do mundo. “A gente precisa defender o nosso país, com nossos defeitos e nossas virtudes. O Brasil é dos brasileiros e cada um de nós deve ser defensor disso. A gente é defensor de um país com justiça social, com justiça tributária, com justiça climática e melhor para todos nós”, completou.

A Teia é o espaço de articulação, troca de experiências e fortalecimento da Cultura Viva, uma das mais importantes políticas públicas do país e que, em 21 anos de história, já certificou mais de sete mil grupos e entidades culturais como Pontos de Cultura em todas as regiões. Esta edição convida à rede a refletir sobre a defesa do meio ambiente e do bem viver diante do cenário de emergência climática. Com sua diversidade cultural, força comunitária e saberes ancestrais, os Pontos de Cultura têm papel estratégico na construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Saberes ancestrais

Esta será a primeira Teia Nacional realizada fora de uma capital e dentro de território indígena, reforçando a importância dos povos originários. Localizada no litoral norte capixaba, Aracruz é a cidade que tem a maior população indígena vivendo em aldeias do Espírito Santo, com as etnias Tupiniquim e Guarani.

“É muito importante estarmos junto com o governo do Presidente Lula nesse momento. A realização da Teia no ambiente dos povos indígenas, que têm



total respeito aos recursos naturais, mas que, ao mesmo tempo, são os que mais sofrem com a destruição do meio ambiente é fundamental para nós. A riqueza cultural é um instrumento para despertar a sociedade para esse assunto da sustentabilidade que é tão importante para a nossa sobrevivência”, explicou o governador Casagrande.

Para a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério, Márcia Rollemberg, será um momento de celebração. “É uma celebração da cultura, da cultura popular, da cultura que a gente faz e vê no quintal da nossa casa, na nossa rua e da cultura que nos faz Brasil. É um momento de celebração, mas também de avançarmos na nossa estruturação de gestão participativa. Então, vamos reconhecer essa cultura que nos faz fortes, que nos faz gregários, que nos faz ter sentimentos solidários. O Brasil que a gente quer é unido, sem desigualdade, que busca o desenvolvimento sustentável e que trabalhe pela justiça climática. A gente está vendo o mundo derretendo, ou em água ou em calor. Não tem mais tempo, a gente tem que estar de mãos dadas, se somando.”

Já o secretário de Estado da Cultura, Fabricio Noronha, destacou o caráter participativo da política. “Quero destacar a construção participativa desse evento, a Cultura Viva tem essa característica, de auto-organização, e nos inspira muito saber que essa TEIA está sendo tecida a muitas mãos. A importância da localidade é muito especial e simbólica ser aqui em Aracruz, para que a gente consiga trazer as pautas das comunidades indígenas, que esse evento possa ser um instrumento de diálogo e fortalecimento desse território e de seus saberes ancestrais”, declarou.

O evento de lançamento contou ainda com a presença da presidente da Funai, Joenia Wapichana; e dos caciques Vilmar Benedito de Oliveira

(Tupiniquim) e Nelson Guarani. As apresentações artísticas foram feitas pelo Tambores de Congo Tupiniquim do Território, o coral Tape Retaxa'kã e a banda de Congo Terreiro de Dona Astrogilda.

Calendário

A partir desta terça-feira, dia 15 de julho, começa a se tecer a 6ª Teia Nacional, com o chamado para os estados e municípios realizarem suas Teias locais, conforme calendário abaixo:

- Municipais: até 1º de dezembro de 2025.

(facultativas)

- Estaduais e Distrital: até 15 de dezembro de 2025 (obrigatórias).

Programação

Com a previsão de reunir mais de 5 mil participantes, a 6ª Teia terá uma ampla programação composta por:

- Festival com mais de 100 atrações de Pontos de Cultura dos 26 estados e do Distrito Federal;

- Palestras, debates, oficinas, rodas de conversa, encontro setoriais e redes culturais;

- Acampamento do Bem Viver;

- Feira de Economia Solidária com produtos de todo o País;

- 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Recursos

O investimento total para a realização da 6ª Teia Nacional, incluindo suas etapas municipais, estaduais e distrital, será de cerca de R\$ 67 milhões.

Desse total, aproximadamente R\$ 56 milhões serão destinados do Governo Federal, por meio de recursos diretos, incentivo fiscal e da Política Nacional de Fomento à Cultura. Os outros R\$ 11 milhões serão destinados pelos governos dos entes federados.

Realização

A TEIA é uma realização do Ministério da Cultura (MinC), do Governo do Estado do Espírito Santo e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), com o apoio da Prefeitura de Aracruz e da TVE Espírito Santo.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura (MinC)



GOVERNO DEVE FAZER INVESTIMENTOS DE US\$ 60 MILHÕES EM RODOVIAS



Tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (PL) 404/2025, no qual o Executivo pede autorização dos deputados para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a garantia da União, até o valor de US\$ 60 milhões. O objetivo é utilizar esse dinheiro para melhoria da malha viária estadual na Região Norte do Espírito Santo.

A verba será usada para a implementação do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), beneficiando rodovias nos municípios que integram a área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Espírito Santo. O projeto encabeça a pauta de votações da sessão ordinária desta terça-feira (15): uma comissão especial, presidida pelo deputado

propiciarão redução do tempo e dos custos de viagem. “Vamos reduzir os transtornos da população residente no entorno de vias inadequadas, que sofre com as dificuldades para circulação nos períodos chuvosos, nos quais ficam prejudicados o escoamento de produtos agrícolas, e o deslocamento de veículos de serviços de saúde e de transporte escolar”, ressalta.

Segundo Casagrande, as intervenções vão diminuir custos logísticos por conta de melhores condições das pistas para o setor de transportes. “Isso facilitará a obtenção das matérias-primas, o escoamento e a colocação dos produtos nos mercados consumidores a preços mais competitivos, favorecendo o desenvolvimento da economia como um

Alexandre Xambinho (Podemos), e s t á encarregada de elaborar parecer.

Vantagens

N a mensagem enviada à C a s a , o governador R e n a t o Casagrande (P S B) explica que a s o b r a s

todo”, frisa. O prazo para execução das obras é de 02 anos.

Ficará o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata essa norma, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo (com efeito de pagamento), algumas receitas discriminadas na Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Os recursos provenientes da operação de crédito deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos da Lei Complementar Federal (LCF) 101/2000. Também será necessário inserir nesses dispositivos as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos ao contrato de financiamento do crédito.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá entrar em vigor e nos dois anos subsequentes (2026 e 27) girará em torno de 66 milhões de dólares, incluindo as taxas de juros contratadas para a operação de crédito.

Se o PL for aprovado e virar lei, a nova legislação entra em vigor na data de sua publicação em diário oficial.

Tramitação

O projeto foi lido na sessão do dia 7 de julho, quando também foi aprovado pedido para sua tramitação em regime de urgência.

SEFAZ AVANÇA NA MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO

A Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio do Tesouro Estadual, iniciou uma força-tarefa com foco na regularização contábil dos ativos de infraestrutura do Estado. A ação, desenvolvida pela equipe da Subgerência de Análise e Monitoramento Contábil, envolve a cooperação direta com a Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi), o Departamento de Edificações e de Rodovias (DER-ES) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedurb), além do apoio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

O objetivo é promover o reconhecimento, a mensuração, a evidenciação e o cálculo da depreciação dos ativos de infraestrutura, conforme exigido pela Instrução Normativa TCEES nº 36/2016 e pela Portaria Conjunta Sefaz/Seger/DER-ES nº 01/2023. A atuação conjunta também visa



viabilizar a inserção desses ativos no novo Sistema Administrativo do Espírito Santo (Siades), ferramenta estratégica para a modernização da gestão pública estadual.

Durante reunião realizada na Sefaz, representantes dos órgãos e entidades envolvidas puderam alinhar entendimentos técnicos e definir diretrizes práticas para o avanço da regularização.

“O reconhecimento dos ativos de infraestrutura é essencial para a fidedignidade das informações contábeis do Estado e representa um passo importante para o fortalecimento da transparência e da governança

pública”, afirmou o contador-geral do Estado e consultor do Tesouro Estadual, Alan Johanson.

Para a subgerente de Análise e Monitoramento Contábil, a consulta do Tesouro Estadual Kamila Sousa Bernabé Fedeszen, a força-tarefa é uma demonstração do compromisso da administração pública com a correta aplicação das normas contábeis e com a consolidação de um

patrimônio público reconhecido e controlado de forma adequada.

“A iniciativa reforça o papel estratégico da contabilidade pública como instrumento de controle e planejamento, contribuindo para diagnósticos mais precisos, decisões mais eficientes e a melhoria da qualidade da informação disponibilizada à sociedade e aos órgãos de controle”, destacou Kamila Sousa Bernabé Fedeszen.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sefaz

CAPACITAÇÃO QUE TRANSFORMA: SAMU NOROESTE E NEP PROMOVEM AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA TÉCNICA GABRIELENSE



Estivemos na Escola Técnica Gabrielense com o Núcleo de

instituição.

A atividade contou com uma palestra

Educação Permanente (NEP) do SAMU Noroeste, promovendo mais uma ação de capacitação voltada aos alunos da

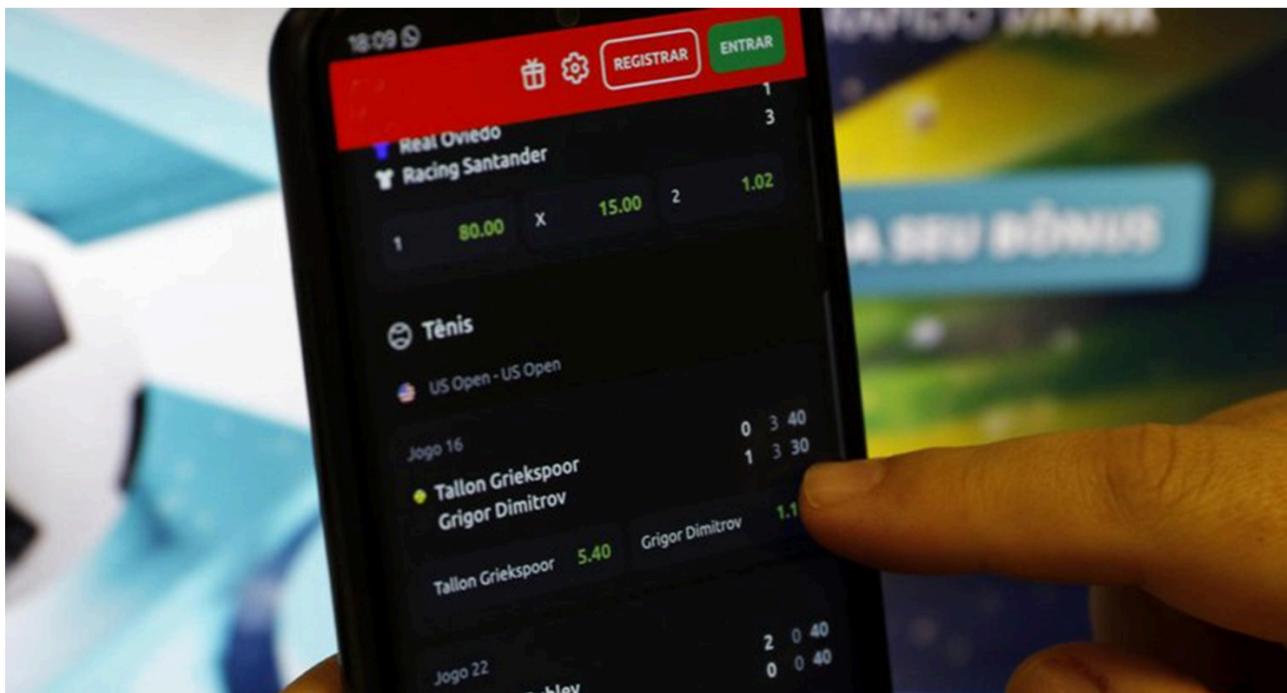
ministrada pelo enfermeiro Paulo, do NEP, que compartilhou saberes técnicos e vivências práticas, enriquecendo a formação dos futuros profissionais da saúde.

Registramos também nosso agradecimento especial aos colaboradores João Pedro e Gabriel, cuja participação e apoio foram fundamentais para o sucesso desta iniciativa.

Educar é salvar vidas!

PROJETO VEDA APOIO A EMPRESAS DE APOSTAS ESPORTIVAS E JOGOS DE AZAR

O deputado Denninho Silva (União) pretende impedir que o governo do Estado firme contratos, convênios, termos de parceria, patrocínio ou apoio institucional com empresas que promovam apostas esportivas e jogos de azar,



inclusive em plataformas digitais ou por aplicativos. Para isso, o parlamentar apresentou o Projeto de Lei (PL) 340/2025, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). A proposta veda a contratação dessas empresas pela administração pública direta e indireta do Estado, bem como a concessão de benefícios fiscais, renúncia de receita ou incentivos financeiros.

A proibição se estende a entidades privadas sem fins lucrativos que recebam qualquer tipo de apoio ou recurso do Orçamento público estadual e a pessoas físicas ou jurídicas que tenham relação contratual com o Estado – inclusive por meio de licitações, permissões ou concessões.

Publicidade e propaganda

Outra restrição compreende as variadas formas de publicidade das empresas do ramo. Não poderão ser exibidas, por exemplo, marcas ou logotipos em uniformes, materiais esportivos, faixas, banners ou outro tipo de divulgação de equipes ou agremiações esportivas que tenham recebido dinheiro público.

Em festivais e eventos culturais diversos que tenham algum apoio financeiro do Estado também não deve haver propaganda das empresas de apostas e jogos de azar. Da mesma forma, todos os canais institucionais nas mais variadas mídias dos órgãos públicos estaduais ou entidades da administração indireta estão proibidas de fazer divulgação dessas empresas.

Marco regulatório

Segundo Denninho, a iniciativa objetiva estabelecer um marco regulatório “para impedir o uso de recursos públicos estaduais em atividades, parcerias ou publicidade ligadas ao mercado de apostas esportivas e jogos de azar, com ênfase nos realizados em plataformas digitais — um setor em franca expansão e com alto potencial de risco social”, afirma o autor na justificativa da matéria.

Para o deputado, o país vem enfrentando um momento preocupante com o aumento vertiginoso do mercado de apostas on-line, impulsionado por “publicidade agressiva, muitas vezes

direcionada a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo alerta o parlamentar “esse modelo comercial, travestido de ‘entretenimento’, tem causado danos significativos à saúde mental, à integridade

familiar e às finanças pessoais de milhares de cidadãos”.

Denninho Silva também destaca que a proposta está em consonância com as decisões dos Tribunais de Contas que proíbem o uso de recursos públicos em ações que não estejam estritamente relacionadas ao interesse coletivo. A transparência na utilização do erário também é citada na justificativa da matéria.

O parlamentar, no entanto, reforça que o projeto não visa criminalizar esse tipo de atividade empresarial, porque esse é um tema de competência federal. Para ele, o objetivo é “impedir a utilização do aparato estatal para dar suporte, visibilidade ou legitimidade a práticas que contrariam os princípios constitucionais da moralidade administrativa, da proteção à infância e juventude e da dignidade da pessoa humana”.

O PL 340/2025 será analisado pelas comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor; de Desporto; de Proteção à Criança e ao Adolescente; e de Finanças antes de ser votada em plenário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFORÇA MOBILIZAÇÃO DAS ESCOLAS PARA COLETA DE DADOS PARA O CENSO ESCOLAR 2025

Gestores escolares de todas as escolas de Minas Gerais, públicas e privadas, devem ficar atentos ao prazo para a primeira etapa da coleta de dados do Censo Escolar 2025. As informações, que são fundamentais para o planejamento das políticas públicas educacionais, devem ser inseridas no sistema Educacenso, do Governo Federal, até o dia 6/8.



Em Minas, a mobilização das escolas é conduzida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), por meio da Subsecretaria de Articulação Educacional. Desde o início da coleta, a pasta tem reforçado as orientações junto às redes de ensino para garantir a qualidade e a fidedignidade dos dados declarados. Uma live promovida pela Coordenação Estadual no "Dia D do Censo Escolar" está disponível para consulta e apoio aos gestores escolares.

"Realizar o Censo Escolar da Educação Básica é garantir, por meio das informações fidedignas coletadas nesta tão importante pesquisa educacional, que políticas públicas sejam implementadas", diz a superintendente de Organização Escolar e Informações Educacionais, Simone Emerick, responsável pela

Coordenação do Censo Escolar em nosso Estado.

A superintendente ainda chama a atenção para o término do período da coleta e para a importância dos dados produzidos nesta etapa para garantia da realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em Minas.

A coleta do Censo Escolar é dividida em duas etapas: Matrícula Inicial e Situação do Aluno. Neste primeiro momento, são reunidos dados sobre escolas, turmas, estudantes, gestores e profissionais da educação em sala de aula. Já no segundo momento, a situação de movimento e rendimento dos estudantes matriculados nas escolas de Minas Gerais na data base do censo, sempre na última quarta-feira do mês de maio.

Censo e avaliação educacional

Os dados do Censo Escolar também são determinantes para a aplicação do Saeb, coordenado pelo Inep. A partir dessas informações, são definidos, por exemplo, o número de estudantes participantes e a quantidade de provas a serem impressas. É com base no Censo Escolar e no Saeb que são calculados indicadores como o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as taxas de rendimento, fluxo escolar e distorção idade-série. Esses indicadores orientam o planejamento e a execução de políticas públicas educacionais, como a distribuição da merenda escolar, os programas de transporte de estudantes e o fornecimento de livros didáticos.

Sobre o Censo Escolar

Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é a principal pesquisa estatística da educação básica no Brasil. O levantamento abrange todas as etapas e modalidades de ensino: Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional.

HASTEAMENTO DE BANDEIRA DOS INCONFIDENTES E AÇÕES CULTURAIS MARCAM CELEBRAÇÃO DO DIA DE MINAS EM BH

A edição de 2025 do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja PPL) contará com um recorde histórico de inscritos do sistema prisional mineiro, totalizando 13.201 custodiados de 142 unidades prisionais das 19 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs).

Além disso, 297 adolescentes de 16 centros socioeducativos mineiros se inscreveram, sendo 215 concorrentes para o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e 82 para o certificado do Ensino Médio. As inscrições foram realizadas entre junho e julho e os custodiados do sistema prisional mineiro farão a prova em setembro.

O Encceja PPL é elaborado e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), em parceria com as secretarias estaduais de Educação, e concede periodicamente a emissão de certificado de conclusão dos ensinos Fundamental e Médio a detentos que não concluíram as atividades escolares na idade regular. Isso garante a oportunidade de reintegração social, por meio da educação, àqueles sob custódia.

Para o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Rogério Greco, o recorde de participação alcançado já é motivo de comemoração.

"Esse número expressivo de presos inscritos, por si só, representa uma vitória para o Governo de Minas. Porque evidencia nosso empenho na promoção da ressocialização de custodiados em regime fechado, ampliando as oportunidades de reintegração social por meio da educação no ambiente prisional", destaca.

As provas serão divididas em quatro módulos de conhecimento. São eles o das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, da Matemática e suas Tecnologias, das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação e o das Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O participante que conseguir a nota mínima exigida nas quatro matérias e na redação

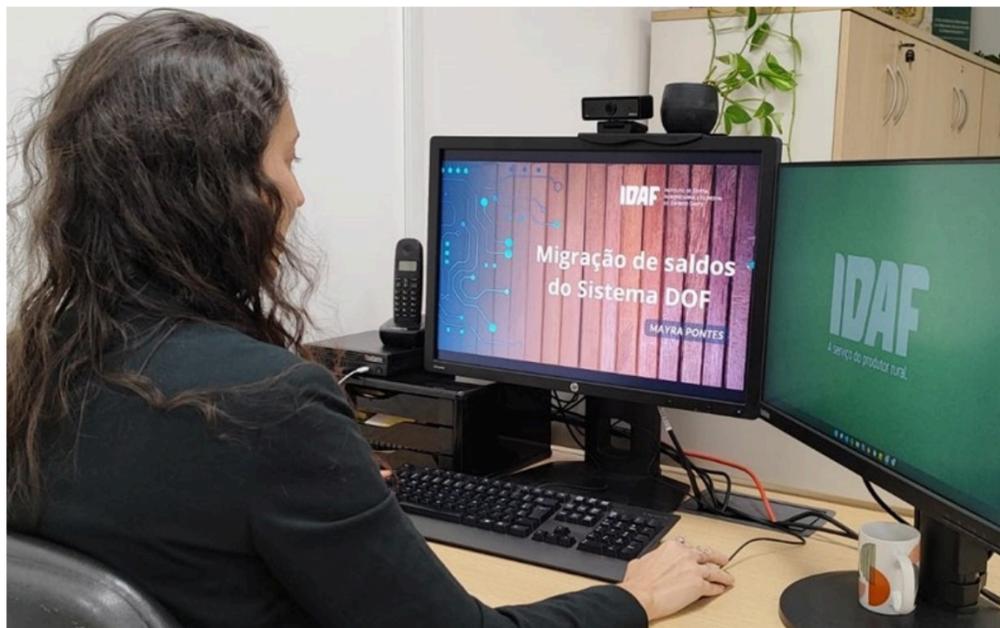
terá direito à Certificação de Conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, que é emitida pelas secretarias de

Educação e institutos federais. Assim, além de poderem se beneficiar da remição de pena, os presos exercerão o direito à educação, conforme previsto na Lei de Execução Penal (LEP).

Segundo a coordenadora de Ensino e Profissionalização do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), Karol Amorim, a adesão dos presos ao Encceja PPL reforça, principalmente, a importância de políticas públicas de auxílio pedagógico que atuem como instrumento de humanização da pena e, ao mesmo tempo, assegurem o acesso à educação básica, garantindo assim também a assistência social que eles necessitam.



MIGRAÇÃO DE CRÉDITO DO SISTEMA DOF É PAUTA DE ENCONTRO COM SETOR MADEIREIRO



O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) apresentou para o setor madeireiro as adequações necessárias para a migração automatizada dos créditos existentes no sistema legado para o novo Sistema DOF + Rastreabilidade. A palestra foi ministrada nessa quarta-feira (16), pela fiscal estadual agropecuária do órgão Mayra Pontes, durante live organizada pelos fundadores do evento setorial Espírito Madeira, reunindo em torno de 40 participantes.

A migração está sendo conduzida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme definições da Instrução Normativa Ibama nº 11/2025. Como condição para que ocorra o procedimento, é necessário que o usuário disponha de pátio homologado nos dois sistemas, desimpedidos de qualquer tipo de bloqueio ou suspensão. No Espírito Santo, em caso de necessidade de homologação de pátio no Sistema DOF + Rastreabilidade ou liberações de

mudanças efetivadas pelo Ibama e estabelecerem contato com o Idaf para esclarecimentos. “Essa relação com o setor produtivo, reforçada pela realização dessa live, fortalece a parceria e o apoio técnico e colabora para que a transição aconteça da melhor forma possível”, destacou.

De acordo com o diretor técnico do Idaf, Eduardo Chagas, até o momento em torno de 150 empresas do estado já passaram pela migração. “Acreditamos que, a partir desse encontro, eventuais dúvidas do setor produtivo puderam ser sanadas, de modo que o processo possa ser realizado sem intercorrências para todos os usuários do sistema dentro do prazo. As empresas que não passaram pela migração tendem a ter restrições na comercialização de seus materiais”, disse.

Para uma das fundadoras da Espírito Madeira, Paula Maciel, com a mudança, todas as transações estarão centralizadas em um só lugar, facilitando o controle de produtos florestais e atividades

pátios ou usuários, é preciso fazer a solicitação ao Idaf por meio de requerimento próprio.

O diretor-geral do Idaf, Leonardo Monteiro, pontuou a importância de as empresas se adequarem às

relacionadas. “Como o tema ainda gera dúvidas nos profissionais do setor, a parceria com o Idaf foi fundamental para que a transição ocorra da melhor forma possível, sem que haja prejuízo às operações” frisou.

Também fundador da Espírito Madeira, Antonio Nicola destacou que é essencial o alinhamento das informações e a abertura de espaço para o esclarecimento de dúvidas diretamente com o Idaf, que coordena a atividade no âmbito estadual.

Segundo Mayra Pontes, a migração teve início, de forma automatizada, a partir do dia 30 de junho, contemplando os usuários que atenderam aos critérios estabelecidos. “Desde então, acontecem análises diárias, para que seja realizada a migração dos demais usuários à medida que as pendências forem sanadas. Esse procedimento será feito até 31 de dezembro. A partir dessa data, a transferência de saldos do sistema DOF Legado para o DOF+ somente poderá ser feita com a inserção manual dos créditos, sob condição de vistoria obrigatória”, explicou a fiscal do Idaf.

O Requerimento-Sistema DOF está disponível em: [https://portal.es.gov.br/app/catalog/carta-de-servicos/documento-de-origem-florestal-\(dof\)](https://portal.es.gov.br/app/catalog/carta-de-servicos/documento-de-origem-florestal-(dof)). Em caso de dúvidas, pode ser enviado e-mail para scfl@idaf.es.gov.br, com o assunto “Migração de créditos DOF”.

Texto: Francine Castro

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do Idaf



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
Ashley Vitória Gomes

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira